



FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



NON EST POTESTAS NISI A DEO? ANAGNI: A BOFETADA QUE DEU INÍCIO AO DECLÍNIO PAPAL NO MEDIEVO

*Ertz Ramon Teixeira Campos, Ioneide Teixeira Campos, Renan Ferreira Veloso,
Edvaldo Rodrigues Martins*

Introdução

A diminuição do prestígio papal enfraqueceu as bases da Igreja medieval. As mudanças de mentalidades da época não foram acompanhadas pela instituição que, fechada em suas concepções, não reconheceu que os séculos XIII e XIV apresentavam características peculiares. A universalidade do Papa, que antes transcendia a esfera espiritual, passa a ser questionada pela figura do rei que, contestando a *plenitudo potestatis* do pontífice, inicia uma contenda, inicialmente jurídica, até desaguar no *atentado Anagni*, metaforicamente, uma bofetada na face da Igreja, marcando os rumos da história do cristianismo. Começou a se questionar a necessidade de um elo entre o homem e Deus, que não fosse a fé, e, principalmente, as atitudes deste orientador, além de uma forte corrente que buscava promover a laicização das questões do Estado, negando não apenas o poder temporal do herdeiro do *Trono de Pedro*, mas questionando a própria mentalidade religiosa. A querela entre Bonifácio VIII e Filipe IV, o Belo, é responsável pelo agravamento do declínio do prestígio papal e, ao menos religiosamente, pelo fim da Idade Média, além de ser o estopim de acontecimentos religiosos futuros de contestação.

Material e métodos

Jacques Le Goff [1] foi muito feliz ao perguntar se a “política será ainda a ossatura da História”. Com um artigo nomeado por essa indagação, aquele, conforme Jose Costa D’Assunção Barros [2], ao mesmo tempo prenuncia e pronuncia o reconhecimento do chamado “retorno da História Política”. Ainda sobre essa indagação, Debora Galvão Santana, conclui que o respeitado medievalista mostra que é necessário não esquecer o porquê de seu ostracismo e lembra também que seu retorno vem atrelado à condição de que a História política seja efetivamente *nova*, justificando que “a fobia da história política já não é um artigo de fé, porque a noção de política evoluiu e a problemática do poder impôs-se à história nova” (Le Goff, 1990, p. 281).

Buscando romper com a velha noção de História Política, quando esta era chamada de História da Filosofia, e Lucien Febvre denominou *pseudo-história*, como afirmou Santana (2010) [3], em virtude de ser uma ciência “que não faz perguntas, que deslocada do terreno do vivido produz elaborações sobre as concepções teóricas, sobre o direito e não sobre os homens e por isso não é História”, surge uma nova formulação na História das Ideias Políticas, “cuja abordagem foi redimensionada”. A rigor, não houve uma velha História Política, e sim várias, pois ocorreram três rupturas-chave para surgir essa nova concepção: “admitir que jamais foram politicamente neutras; apontar que todas tentaram substituir uma abordagem monolítica por outra; e sinalizar que todas tentavam explicar a relação entre mudança social e política”.

A História “não escapa ela própria à mudança. Eis que a história política experimenta uma espantosa volta da fortuna, cuja importância os historiadores nem sempre têm percebido”. A História Política toma corpo ao entender a importância da Antropologia Política e a Sociologia, “frutificando”, pois o diálogo com a História se torna assimétrico no momento em que se entende a necessidade de adotar a noção de *poder* como objeto de estudo, e por que não dizer, um domínio da História. Desta forma, Francisco Falcon [5], destaca:

História e poder são como irmãos siameses — separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. Na verdade, porém, a historiografia costuma ser muito clara quando se trata do primeiro olhar mas é quase sempre imprecisa ou cega quanto ao segundo.

Segundo SANTANA(2010) [4] , após a História Política ser avalizada pelos reformadores dos *Annales* como uma categoria historiográfica, espera-se o estudo desta com profundidade, evitando trata-la como “narrativa e episódica”. Afirma, ainda, que os estudos sobre a Idade Média, por exemplo, em virtude das complexidades inerentes à abordagem do tema *política*, foram influenciados pelas inovações da História Política. Neste sentido, cabe lembrar a



FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO:



APÓIO:



afirmação de HILL(1983) [6], quando este alega que “as belas palavras não alteram os processos históricos”. Endossando esse mesmo viés, ainda destaca:

O campo político, na Idade Média, por exemplo, correspondia a uma província do sagrado. É importante consultar o maior número de obras e tratados, atento aos diferentes níveis de engajamento político dos setores a que os pensadores estiveram vinculados. Somente dessa maneira é possível minimizar a análise singular dos grandes nomes da história e valorizar o processo histórico em que as ideias políticas foram geradas.

Discussão

O pensamento medieval tinha em sua essência a religiosidade – hierofania. O cristianismo com seu preceito de *pós-mortem*, encontrou terreno fértil no dia a dia bélico do homem medieval, e de acordo com Sidnei Galli [8], a insegurança coletiva caracterizou a vida cotidiana da sociedade europeia durante a Idade Média, pois as guerras constantes, a ausência de leis gerais, a rusticidade dos costumes, a precariedade da organização militar da época e a ineficácia das comunicações “levaram as populações a viverem num constante estado de alerta, onde mal podiam se defender”. A crença na ideia de que havia “outra vida”, que a morte era apenas precursora da vida eterna, e que o indivíduo deveria buscar a salvação de sua alma, estimulava este homem da idade média, o que “deixava-o mais impulsivo e menos sensível ao medo, pois temer o outro homem não se ajustava ao seu ideal guerreiro”. Tais atitudes, enquanto guerreiro, “definiam sua salvação ou condenação, aos olhos de Deus, pois era uma sociedade intrinsecamente ligada à religião”, cabendo à essa a interpretação da vontade divina. Sobre esse assunto, ele ainda destaca:

A grande tragédia não era morrer, mas morrer inesperadamente, sem ter confessado, recebido os sacramentos, feito doações e esmolas, estabelecido o testamento. Tinha-se consciência e resignação pelo fato de que o destino das espécies vivas é morrer. A morte nivela os homens e mostra o despropósito de seu orgulho e suas riquezas.

A crença nesse “Além” confere à vida dos cristãos medievais características particulares. Jacques Le Goff (2002, p. 22) [2] “a vida aqui em baixo é um combate, um combate pela salvação, por uma vida eterna; o mundo é o campo de batalha onde o homem se bate contra o diabo, quer dizer, em realidade, contra si mesmo”. Esse indivíduo, herdeiro do Pecado Original, está arriscado a se deixar cair em tentação, a “cometer o mal e a se danar”

Nesse cenário hierofânico, onde a Igreja se incorpora como intermédio entre o homem e Deus, universalizando o poder papal, e, posteriormente, acentuando a amplitude da força do pontífice, sua vontade passa a sobrepor os outros campos sociais. Mesmo na esfera temporal, sua intervenção, acredita o representante da cristandade no medievo, é fruto da materialidade da vontade de Deus, e como salienta Sérgio Ricardo Strefling (2007, p.525-536) [8], “o aspecto político-secular firma-se fortemente na plenitude de poder do Papa, prevalecendo o objetivismo sobre o subjetivismo, ou seja, aquilo que do Papa promana é norma segura e obrigatória para todo cristão”.

Após a queda do império romano, o alicerce político/social da Europa ainda se encontrava frágil, devido ao declínio de toda uma sociedade que ruíra, daí a grande influência da Igreja em meio a este contexto, firmando assim, a base de sustentação dessa nova condição de vida enquanto não emergia um novo regime. Marc Bloch (LE GOFF, p. 425) é categórico ao afirmar que “o homem vivia então em estado de perpétua e dolorosa insegurança”, pois a ameaça, que era de todos os dias, pesava sobre cada “destino individual” (GEREMEK, p.247) [9], atingindo, não só os bens, como a própria carne. De resto, a guerra, o assassinio, o abuso da força, fizeram da violência a marca de uma época e de um sistema social.

O apego à religião no medievo é fruto de uma época de caos e de transição das bases anteriormente ruínas. A estrutura que surgiu em torno da religiosidade, em virtude do estado de aflição e pessimismo, voltado às preocupações atemporais, devido às constantes ameaças de invasões e guerras, fez com que fossem criadas associações de paz em reuniões locais e “entre os clérigos, o sentimento da solidariedade humana alimentava-se da imagem da cristandade, concebida como o corpo místico do Salvador. Na província de Narbonne, em 1054, segundo BLOCH (1990, p. 474, 480), foi decidido *que nenhum cristão mate outro cristão, pois, matar um cristão, não há dúvida de que é derramar o sangue de Cristo*. “Entretanto, os reis e os príncipes, estes também por vocação, ou por interesse, procuravam a ordem interna”.

Em um ambiente menos efusivo, e com algumas concepções da estrutura feudal, notadamente marcada na obediência nos laços de suserania e vassalagem, surge a figura do Rei, que, segundo Ana Paula Tavares Magalhães (2008), “preocupados em consolidar seu poder político - que, neste momento, significava forjar o próprio Estado -, centralizavam o poder, conferindo, de certa forma, mais estabilidade ao contexto social europeu, fruto de uma segurança econômica insipiente”. A monarquia medieval francesa teve sua evolução traduzida no reinado de Filipe IV(1285-1314), usualmente conhecido como Filipe, o Belo, e sua ávida busca por proventos. A política do monarca foi determinada por



FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



uma necessidade constante de aumento de rendimentos, devido às várias guerras que este travava, e a popularização do direito romano, o que criou a doutrina básica da soberania absoluta do Estado.

A ascensão da monarquia, e, conseqüentemente, a centralização do poder nas mãos reais, de forma a controlar e unificar territórios e leis de determinado espaço geográfico, foi de encontro com o *plenitudo potestatis*, exercido, muitas vezes pelo prelado, que, notoriamente, marcou “uma busca pela laicização das questões do Estado, tendo como resultado a mudança na concepção da autoridade papal” (MAGALHÃES, 2008) [10].

Conclusão

Conforme a proposta apresentada, foram elencados vários episódios que advieram da luta entre Bonifácio VIII e Filipe IV, marcando assim a primeira sujeição da Igreja ao Estado. No contexto da Idade Média, que tinha na hierofania um de seus fundamentos mais latentes, devido à insegurança coletiva que abarcara a sociedade feudal naquela conjuntura, a Igreja surge materializando todo o desejo daquele indivíduo de salvação. Ela “monopolizou” o caminho da vida eterna, aproveitando-se da impulsividade e de uma menor suscetibilidade ao medo do europeu, que, após a queda do Império Romano, encontra as estruturas político/social bastante fragilizadas, evidenciando um estado de aflição e pessimismo.

Nota-se que, na medida em que o ambiente vai se tornando menos hostil, devido à necessidade de proteção, temos o aparecimento da figura do Rei, que logo tenta consolidar seu poder político, moldando o Estado em sua própria imagem e semelhança, o que vem prontamente chocar-se com o poder eclesiástico. Surge, então, a querela entre o *regnum* e o *sacerdotium*, que, devido à quase impossibilidade de convivência harmônica entre ambos, sem ferir as esferas do poder, dá-se início ao declínio episcopal.

Em uma conjuntura em que a Europa buscava, com a aparição das monarquias locais, diferentemente dos antigos impérios, estabelecer Estados centralizados e autônomos, a sociedade assistia à querela questionando-se e tendo a comprovação do distanciamento da Santa Sé com as questões temporais. A fé ruía em meio a atitudes individuais do guia espiritual, promovendo críticas ao Sumo Pontífice e toda a cúria romana, que usava de todo de subterfúgios para manter-se no poder, e que não conseguia conter seus membros e seus desvios de conduta.

Se a *Bofetada de Anagni* aconteceu ou não, certo é que um atentado à instituição de maior prestígio da Idade Média começo a ruir no momento em que um monarca, para demonstrar poder, atenta contra a autoridade e ordem, até então estabelecida pela tradição no medievo. A idiossincrasia causada com a mudança do papado para Avignon, quando, em dado momento, havia, três papas, ao mesmo tempo, reclamando o poder da Igreja, ajudou a angariar descontentes e fazer renascer o termo antipapa no imaginário europeu.

Começou a se questionar a necessidade de um elo entre o homem e Deus, que não fosse a fé, e, principalmente, as atitudes deste orientador, além de uma forte corrente que buscava promover a laicização das questões do Estado, principalmente após *Pragmática Sanção de Bourges*, e mais tarde, negando não apenas o poder temporal do herdeiro do *Trono de Pedro*, mas passam a negar-lhe ao mesmo tempo o espiritual, com a criação de igrejas nacionais controladas pelo monarca, ou mesmo a maior dissidência dentro do cristianismo após o fato: A Reforma Protestante.

Referências

- [1] GALLI, S. *Hierofania, Morte e Poder na Sociedade Ibérica*. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR), p. 1.v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>
- [2] LE GOFF, J. A Política: será ainda a ossatura da História? In: *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975. p. 221-242. [original:1972b].
- [3] BARROS, José D'Assunção. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n. 21, 2º sem. 2013
- [4] SANTANA, Debora Galvão de. *O pensamento político dos reis – análise das concepções políticas veiculadas por D. Duarte e D. Pedro (Portugal – século XV) – 2010*. Dissertação. 143 folhas.
- [6] FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- [7] HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. 2 ed. Lisboa, Presença, 1983.
- [8] STREFLING, S. R. *A Disputa Entre O Papa Bonifácio VIII e o Rei Filipe IV no Final do Século XIII*. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 158, p. 525-536, dez. 2007.
- [9] GEREMEK, B. "O Marginal". In: LE GOFF, Jacques (dir). *O Homem Medieval*. Lisboa: Presença, 1989.



FEPEG

FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



[10] MAGALHÃES, A. P. T. *O Papado Avinhoense e os Poderes Civis: as décadas de 30 e de 40 do século XVI a partir de três obras de Guilherme de Ockham: HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (2): 2008.